

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.538 - MG (2019/0293111-9)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE : LEANDRO SILVA MEDEIROS**  
**RECORRENTE : MARCELO HELENO DE MEDEIROS**  
**ADVOGADO : LEANDRO DE SOUZA ARAUJO - MG129778**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por LEANDRO SILVA MEDEIROS e MARCELO HELENO DE MEDEIROS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferido no julgamento do HC n. 1.0000.19.088285-2/000, que ficou assim ementado (e-STJ, fl. 407):

*"HABEAS CORPUS – TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO VISLUMBRADA – INÉPCIA DA DENÚNCIA – VIOLAÇÃO AO ART. 41 DO CPP – INOCORRÊNCIA. A ausência de justa causa só pode ser reconhecida quando se comprove, de plano, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade ou ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, mesmo porque o exame aprofundado das provas não tem cabimento no restrito âmbito do Habeas Corpus. Se a denúncia satisfaz as exigências do art. 41 do CPP e tem suporte nas provas colhidas no inquérito, não há falar em inépcia."*

Na presente irresignação, a defesa alega que o acórdão impugnado deve ser reformado especialmente por ser "altamente genérico" (e-STJ, fl. 424). Aduz que a transcrição da exordial não é suficiente para comprovar o preenchimento da justa causa, argumentando que o *Parquet* Estadual, diante do contexto fático probatório, não teria sido capaz de demonstrar, de maneira satisfatória, a prática do delito de receptação imputado aos recorrentes (e-STJ, fl. 426).

Quanto ao recorrente LEANDRO SILVA MEDEIROS, sócio da empresa E-AMBIENTAL RESÍDUOS LTDA, a defesa sustenta, em síntese, que a acusação não demonstrou que ele teria agido em conluio com MARCELO HELENO DE MEDEIROS, seu tio. Assim, transcreve depoimentos da fase de inquérito policial com o intuito de demonstrar que os pinos de ferro, supostamente objeto de receptação, foram

adquiridos por MARCELO sem a anuência de LEANDRO.

Sobre o conhecimento da origem ilícita do material, a defesa dos recorrentes sustenta a impossibilidade de se saber que os grampos comprados (chamados de pandrol) pertenciam à linha férrea e reforça, ainda, ter sido pago o preço de mercado pelo material (e-STJ, fl. 428).

A defesa dos recorrentes ressalta, também, que, embora o Órgão Ministerial seja o titular da ação penal, não se pode ignorar que o Delegado Plantonista não ratificou o flagrante e a Autoridade Policial Titular da Delegacia da Polícia Civil de Juiz de Fora não procedeu o indiciamento por "falta de dolo".

No presente recurso são ressaltadas as condições pessoais favoráveis de ambos os recorrentes, os quais são primários, ostentam bons antecedentes, possuem ocupação lícita, não havendo, no entender da defesa, elementos probatórios mínimos para a ação penal.

Requerem, desse modo, o provimento do recurso para que, reformado o aresto impugnado, seja trancada a Ação Penal n. 0145.18.023.235-0, em trâmite perante a 4ª Vara Criminal da Comarca de Juiz de Fora - MG, por ausência de justa causa, nos termos do art. 395, III, do Código de Processo Penal - CPP ( e-STJ, fl. 430).

A medida liminar foi indeferida (e-STJ, fl. 439/440).

O Ministério Público Federal ofereceu parecer sintetizado nos seguintes termos (e-STJ, fl. 443):

***"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS.  
DIREITO PENAL. DIREITO PROCESSUAL PENAL.  
RECEPTAÇÃO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL.  
IMPOSSIBILIDADE. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA  
FÁTICO-PROBATÓRIA. DESPROVIMENTO.***

*1. O trancamento de ação penal pela via do habeas corpus é medida excepcional, exigindo-se inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, o que não se constata na hipótese dos autos. Precedentes do STJ.*

*2. Parecer pelo desprovimento do recurso ordinário em habeas corpus."*

É o relatório.

Decido.

Conforme relatado, busca-se, no presente recurso, o trancamento de ação penal, por falta de justa causa.

Esta Corte Superior pacificou o entendimento segundo o qual, em razão da excepcionalidade do trancamento da ação penal, tal medida é possível somente quando ficar demonstrado – **de plano e sem necessidade de dilação probatória** – a total ausência de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, a atipicidade da conduta ou a existência de alguma causa de extinção da punibilidade. É certa, ainda, a possibilidade de trancamento da persecução penal nos casos em que a denúncia for inepta, não atendendo o que dispõe o art. 41 do Código de Processo Penal – CPP, o que não impede a propositura de nova ação, desde que suprida a irregularidade.

Primeiramente registro não haver irregularidade na transcrição da exordial no acórdão recorrido. A transcrição da denúncia possibilita ao leitor o conhecimento das palavras utilizadas pelo Ministério Público, sem supressão ou acréscimos, possibilitando a constatação de existência da prova da materialidade delitiva e dos indícios de autoria. De toda sorte, segue breve trecho da denúncia que descreve o liame subjetivo entre LEANDRO e MARCELO afirmando, inclusive, que a prática de comprar material sem a averiguação da licitude da origem dos mesmos era comum, a despeito de exercerem atividade comercial. Confira-se:

*"Mesmo sabendo que os referidos grampos não se tratavam de mera sucata de ferro e trabalhando em local muito próximo da linha férrea, Marcelo, na linha seguida por seu sobrinho e sempre autorizado por ele nesse sentido, adquiriu os referidos grampos, no exercício de atividade comercial sem sequer saber a qualificação do vendedor.*

*No dia seguinte, 'Wesley' retornou vendendo nas mesmas condições anteriores, outros 127 (cento e vinte e sete grampos do tipo Prandol, de propriedade da MRS. Novamente, sabendo que não era do interesse do sobrinho indagar a origem dos bens que adquiria, Marcelo efetuou nova compra sem questionamentos, assumindo, mais uma vez o risco de que se tratasse de produto de crime.*

*Cumprе destacar que os negócios jurídicos eram registrados em livro próprio de maneira que Leandro tinha conhecimento das aquisições e, ainda assim, armazenou produtos ilícitos que totalizavam 250 (duzentos e cinquenta) unidades pesando quase 30 kg, em proveito econômico próprio." (e-STJ, fl. 12)*

O Tribunal Justiça de Minas Gerais entendeu ser impossível obstar o prosseguimento da ação penal, com base nos seguintes fundamentos:

*"(...) se os Pacientes realmente lesaram bem jurídico tutelado pelo nosso ordenamento jurídico, somente será elucidado no curso da instrução criminal, sob o pálio da ampla defesa e do contraditório.*

*Nessas condições, provada a materialidade e existentes indícios suficientes de autoria, deve ser dada ao Ministério Público a oportunidade de provar os fatos contidos na peça de ingresso, não sendo possível, no âmbito restrito do presente writ, o exame valorativo do material fático-probatório, para o fim de excluir a ação penal.*

*Impende consignar, ainda, que a estreita via do Habeas Corpus não comporta dilação probatória, não podendo se analisada provas e valorados depoimentos." (e-STJ, fl. 412)*

Como se vê, os fundamentos do Tribunal *a quo* encontram-se em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que o trancamento da ação penal é hipótese excepcional, sendo imprescindível, para tanto, inequívoca ausência da materialidade delitiva e de indícios de autoria.

Com efeito, os argumentos da defesa visam sobretudo afastar o dolo da conduta delitiva e demonstrar ausência de conhecimento da origem ilícita do material adquirido, o que é inviável no rito sumário do *habeas corpus*. Sobre o tema vejam-se as ementas dos seguintes precedentes:

***"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO. ALEGADA INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. DENÚNCIA QUE ATENDE AOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.***

*I - A denúncia deve vir acompanhada com o mínimo embasamento probatório, ou seja, com lastro probatório mínimo apto a demonstrar, ainda que de modo indiciário, a efetiva realização do ilícito penal por parte do denunciado. Não se revela admissível a imputação penal destituída de base empírica idônea, o que implica a ausência de justa causa a autorizar a instauração da persecutio criminis in iudicio.*

*II - Na hipótese, contudo, não se vislumbra a alegada inépcia da denúncia, porquanto a exordial acusatória preenche os*

requisitos exigidos pelo art. 41 do CPP, permitindo a compreensão dos fatos e possibilitando o amplo exercício do direito de defesa.

*III - O trancamento da ação penal constitui medida excepcional, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, a atipicidade da conduta, a presença de causa de extinção de punibilidade, ou a ausência de indícios mínimos de autoria ou prova de materialidade (precedentes).*

*IV - Não se presta a via do recurso ordinário para o trancamento da ação na qual responde o recorrente pela suposta prática do delito de receptação, sob o argumento de ausência de dolo, porquanto imprescindível o revolvimento de material fático-probatório dos autos para o acolhimento do pedido, procedimento não condizente com a presente via (precedentes).*

*Recurso ordinário desprovido." (RHC 60.515/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 05/09/2016)*

**"HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. RECEPTAÇÃO (ART.180, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL). WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. PLEITO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DE DENÚNCIA. DESCRIÇÃO FÁTICA SUFICIENTE E CLARA. DEMONSTRAÇÃO DOS INDÍCIOS DE AUTORIA E DA PROVA DA MATERIALIDADE. CONHECIMENTO DA ORIGEM ILÍCITA DO BEM. REEXAME APROFUNDADO DAS PROVAS DO PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE MANIFESTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

*1. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o trancamento da ação penal, por meio do habeas corpus, é medida de exceção, sendo cabível, tão somente, quando, de forma inequívoca, emergirem-se dos autos a atipicidade da conduta, a inocência do acusado ou, ainda, quando for impedida a compreensão da acusação, em flagrante prejuízo à defesa.*

*2. Na espécie, descreveu a denúncia que o paciente recebeu, em proveito próprio, o veículo automotor Fiat Uno, placa MDQ 3450, subtraído da vítima Alexandre Caprini Felisbio, conforme positiva o Boletim de Ocorrência, tendo plena ciência de sua origem espúria.*

*Nesse contexto, delineou o órgão de acusação os elementos mínimos necessários ao pleno exercício do direito de defesa, nos termos do art. 41 do Código de Processo Penal, pois individualizou a conduta do acusado, indicou as circunstâncias de tempo e lugar do delito, bem como o elemento subjetivo essencial do tipo.*

*3. A análise acerca da existência ou não de provas da materialidade do crime, bem assim do inequívoco conhecimento da proveniência ilícita do automóvel recebido, demandam reexame de fatos e provas, providência inconcebível em tema de habeas corpus, devendo ser apreciados durante a instrução do processo.*

*4. Habeas corpus não conhecido." (HC 347.798/SC, Rel.*

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 26/08/2016)

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. MOEDA FALSA. ART. 289, § 1º, DO CÓDIGO PENAL - CP. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. EXCEPCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO OCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DOLO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. MATÉRIA INCABÍVEL NA VIA ESTREITA DO WRIT. PRECEDENTES. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.**

*1. Em razão da excepcionalidade do trancamento da ação penal, tal medida somente se verifica possível quando ficar demonstrado - de plano e sem necessidade de dilação probatória - a total ausência de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, a atipicidade da conduta ou a existência de alguma causa de extinção da punibilidade. É certa, ainda, a possibilidade do referido trancamento nos casos em que a denúncia for inepta, não atendendo o que dispõe o art. 41 do Código de Processo Penal - CPP, o que não impede a propositura de nova ação desde que suprida a irregularidade. 2. Na espécie, não é possível extrair, ao primeiro contato dos autos, que o recorrente não teve a intenção de praticar o delito tipificado no art. 289, § 1º, do CP, sendo incabível, em sede de habeas corpus, discutir aspectos relacionados ao dolo do recorrente.*

*3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ é firme no sentido de que compete às instâncias ordinárias a aferição do elemento subjetivo do tipo após o término da instrução probatória. A ausência de dolo e de indícios de autoria apta a ensejar o trancamento da ação penal deve ser aferível sem esforço interpretativo, sob pena de se realizar um julgamento antecipado do mérito, sem a produção de provas. Precedentes.*

*4. Constatado que a denúncia atende aos requisitos do art. 41 do CPP descrevendo indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, não se identifica, no caso concreto, flagrante ilegalidade que justifique o precipitado trancamento da ação penal.*

*5. Recurso ao qual se nega provimento." (RHC 118.728/SP, de minha relatoria, QUINTA TURMA, DJe 12/11/2019)*

Em suma, na espécie, não é possível reavaliar o inquérito policial e se debruçar sobre depoimentos testemunhais, tendo em vista o rito sumário do writ. As matérias veiculadas no presente *mandamus* devem ser discutidas no curso da ação penal sob o crivo do contraditório, observado o devido processo legal. Em outras palavras, para divergir da conclusão das instâncias ordinárias – amparada por indícios de autoria adequados à fase processual de recebimento da inicial acusatória – , seria necessário

# *Superior Tribunal de Justiça*

proceder o revolvimento fático probatório incabível na via estreita do *writ*.

A ausência de indícios de autoria apta a ensejar o trancamento da ação penal deve ser aferível sem esforço interpretativo, sob pena de se realizar um julgamento antecipado do mérito, sem instrução probatória.

Assim, constatado que a exordial atende aos requisitos do art. 41 do CPP, não se identifica inépcia da denúncia no caso concreto ou qualquer flagrante ilegalidade que justifique o precipitado trancamento da ação penal.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator